



ALGORITMOS PÚBLICOS: COMO A FRANÇA ESTÁ FAZENDO E POR QUE DEVERÍAMOS FAZER TAMBÉM

por Fernanda Campagnucci / em Tecnologia & Sociedade / 20 de abril de 2019 / 3 min. para leitura / Comente

Algoritmos fazem parte de nossas vidas – ainda que não percebamos – e também das rotinas dos governos. São as regras, ou o “passo-a-passo”, com as quais os sistemas são instruídos para a tomada de decisões sobre serviços, direitos, cálculos de impostos devidos, nos mais diversos domínios das políticas públicas.

À medida que crescem as aplicações de inteligência artificial, essas decisões são tomadas automaticamente, por vezes reforçando desigualdades ou inserindo vieses discriminatórios (abordei o assunto neste [outro post](#)). Algoritmos se tornaram nossos legisladores do dia-a-dia, e isso significa que precisamos conhecê-los para compreender de que maneira as leis e políticas estão sendo realmente implementadas pelos sistemas. Precisamos de algoritmos abertos.

O governo da França tem um programa de publicação de algoritmos impulsionado pela legislação nacional e regional recente e implementado por seus órgãos públicos com apoio do [Etatlab](#), seu laboratório de inovação e governo aberto. A França é um dos países com leis de abertura de dados mais interessantes do mundo – ao lado de países como Alemanha e, agora, Estados Unidos (O.P.E.N. Data Act). Em 2016, com a promulgação da [Lei por uma República Digital](#), o princípio da transparência dos algoritmos dos foi instituído pela primeira vez. Depois, foi reforçado pela regulamentação local da GDPR – Lei Geral de Proteção de Dados da União Europeia e confirmado pela Corte Constitucional francesa.

O debate foi acalorado por lá, e uma decisão importante dos juízes deu a palavra final:

”

sem transparência dos algoritmos, nenhuma decisão administrativa que afeta a vida dos indivíduos poderá ser 100% automatizada.

Aqui no Brasil, a recém-aprovada [Lei Geral de Proteção de Dados \(LGPD\)](#) traz dispositivo sobre esse tema (ela deverá entrar em vigência em junho de 2020), mas não obriga sua transparência pelo poder público. Em regra que vale para o setor público e privado, diz que “o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal,

profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade”. Isso deveria significar que, ressalvado o segredo industrial ou comercial, os algoritmos podem ser solicitados ou auditados caso um indivíduo se sinta prejudicado – mas é difícil saber como acontecerá na prática.

Em sua página sobre o programa, o Etatlab justifica assim a transparência de algoritmos pelo poder público: diferentemente do que acontece no setor privado, os algoritmos públicos servem ao interesse público, executam o acesso a direitos e são “incontornáveis”. E os riscos de processos automatizados por algoritmos não podem ser ignorados:

- Desconfiança da sociedade frente a ferramentas consideradas “caixa-pretas” e cujas decisões são por vezes mal vistas ou rechaçadas;
- Risco de viés ou discriminação, em particular por algoritmos de aprendizado de máquinas;
- Riscos éticos associados a efeitos não previstos dos tratamentos algorítmicos.

A lista de algoritmos já publicados pela França ainda é pouco extensa – estão na fase de recensear e catalogar sua existência. O desafio é grande, mas o resultado já é interessante: estão publicados os algoritmos que definem o cálculo dos benefícios da seguridade social para as famílias de baixa renda; o cálculo da taxa de habitação; a inscrição nos estabelecimentos de ensino superior; o cálculo do imposto de renda; o modelo macroeconômico (Mésange) para avaliação de impacto de políticas econômicas de emprego, PIB etc, seguro desemprego, entre outras.

Os materiais do Etatlab e a lista completa estão disponíveis no site do Etatlab:

- Guia dos Algoritmos Públicos (em francês) – [Acesse aqui](#).
- Lista de Algoritmos Públicos já abertos pelo governo francês – [Acesse aqui](#).

acesso à informação	algoritmos	dados abertos	discriminações	governo aberto
inteligência artificial	open government	open source	tecnologias abertas	transparência





SOBRE A AUTORA

FERNANDA CAMPAGNUCCI

Jornalista e gestora pública, atua com temas relacionados a transparência, dados abertos, integridade e inovação. As opiniões expressas neste blogs são pessoais.

TODOS OS POSTS

COMENTE

Comentar

Nome *

E-mail *

Site

DEIXE UM COMENTÁRIO

Notifique-me sobre novos comentários por e-mail.

Notifique-me sobre novas publicações por e-mail.

LEIA MAIS

DADOS DO PONTO DE VISTA



DO GOVERNO - PIZZA DE
DADOS

21 de fevereiro de 2019

TRÊS LIVROS PARA
COMPREENDER VIGILÂNCIA E
PRIVACIDADE HOJE

13 de fevereiro de 2018

POR UM GOVERNO ABERTO
QUE PENSE TAMBÉM QUE
TIPO DE TECNOLOGIA
QUEREMOS

13 de abril de 2016

MEMÓRIAS DE UM ENSINO
MÉDIO TÉCNICO E MACHISTA:
"VOLTEM PRA COZINHA, VÃO
LAVAR ROUPA!"

11 de janeiro de 2015
